

1º WORKSHOP DE ANÁLISE DO INVENTÁRIO DOS BENS DE CLARA MARIA DA CONCEIÇÃO – 1808

ANÁLISE COMPARATIVA DO PROCESSO DE INVENTÁRIO NO DIREITO COLONIAL PORTUGUÊS E O CÓDIGO DE CIVIL DE 2015

Bento Souza Borges¹

Profa Ma Thalita A Gomes Borges (Orientadora)²

Introdução: A convergência entre História e Direito é fundamental para uma compreensão abrangente das práticas jurídicas. Oliveira e Costa-Neto (2023) destacam a complexidade dessa relação, ressaltando que o jurista não deve se aproximar da História apenas por um interesse diletante. Este texto explora a influência da evolução histórica da Sucessão Testamentária no sistema jurídico, especialmente no contexto do testamento.

Objetivo: O objetivo deste estudo é analisar um processo de inventário datado de 1808, proporcionando uma abordagem histórico/jurídica. No aspecto histórico, busca-se compreender como o processo de inventário era conduzido na época, explorando costumes, aspectos legais, características, pessoas e instituições envolvidas. No âmbito jurídico, realiza-se uma análise comparativa desse testamento com a legislação vigente em 1808 e com as normativas atuais referentes à sucessão testamentária, com ênfase nos aspectos social, legal e jurídico do referido documento. **Metodologia:** A pesquisa adotou uma abordagem documental, bibliográfica e da legislação pertinente. Dois renomados doutrinadores, Silvio Venosa (2020) e Carlos Roberto Gonçalves (2021), destacam a importância da evolução histórica da Sucessão Testamentária na formação do sistema jurídico contemporâneo. Suas obras esclarecem como o entendimento dessa evolução é crucial para uma compreensão mais profunda da origem do instituto do testamento e sua influência nas práticas jurídicas atuais. Foram também abordados os principais aspectos da sucessão testamentária nas Constituições Federais Brasileiras, culminando no Código Civil de 2002 e na Constituição Federal de 1988. A análise do Testamento de Clara Maria da Conceição destaca aspectos legais e históricos, enquanto dados relacionados à formação do Município de Monte Carmelo (MG) são levantados para contextualizar o documento. **Resultados:** Os resultados apresentam uma compreensão aprofundada da evolução da sucessão testamentária no Brasil ao longo das Constituições Federais. A análise do Testamento de Clara Maria da Conceição revela aspectos legais e históricos, proporcionando insights sobre as práticas de inventário na época. O levantamento de

¹ Graduando do curso de Direito da Unifucamp – Monte Carmelo – MG. E-mail: bentoborges@unifucamp.edu.br.

² Professora do curso de Direito da Unifucamp – Monte Carmelo -MG. Mestre em Direito pela Universidade do Minho- Portugal. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: thalitaborges@unifucamp.edu.br.

1º WORKSHOP DE ANÁLISE DO INVENTÁRIO DOS BENS DE CLARA MARIA DA CONCEIÇÃO – 1808

dados relacionados à formação do Município de Monte Carmelo contribui para contextualizar o documento e enriquecer a compreensão histórica e jurídica. **Conclusão:** A interdisciplinaridade entre História e Direito é evidente na análise do Testamento de Clara Maria da Conceição. O estudo destaca a importância de compreender não apenas as normativas legais, mas também o contexto histórico em que essas práticas jurídicas foram desenvolvidas. A evolução da sucessão testamentária, visível nas Constituições e no Código Civil, é crucial para compreender a complexidade do instituto do testamento, contribuindo para uma visão mais ampla e contextualizada no campo jurídico.

Palavras-Chave: História, Direito Civil, Formação do Judiciário Mineiro.

Referências bibliográficas:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: direito das coisas**. v. 5. 16ª ed. Saraiva Educação. São Paulo. 2021, 680p.

OLIVEIRA, Carlos E. e COSTA-NETO, João. **Direito Civil**. 2º Edição. Editora Método. 2023. 1704p.

RAMOS, Luis Gonzaga. **História e Histórias de Monte Carmelo**. 1ª Edição. Gráfica e Editora Vitória. Uberaba -MG. 2013.

SLYWITCH, Yesmark. **Monte Carmelo e sua História**. 1ª Edição. Editora do autor. 1995.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Direitos Reais**. v. 4. 20. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Processo nº 0058006-19.2016.8.13.0481. Processo de Inventário de Clara Maria da Conceição**. Data de Abertura: 1808.